

Economia azul desponta como oportunidade para o Estado

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A chamada economia azul, que prevê o desenvolvimento de forma sustentável de atividades como pesca, logística aquaviária, geração de energias renováveis no mar, entre outras, se abre como uma janela promissora para o Rio Grande do Sul. O diretor-presidente do APL Marítimo RS, Arthur Rocha Baptista, destaca que o município de Rio Grande tem uma vocação natural para realizar ações nessa área, entretanto outras cidades do Estado também apresentam qualidades nesse setor. O APL Marítimo RS é uma organização que surgiu há cerca de dez anos, com o crescimento do polo naval gaúcho, e agora busca fomentar iniciativas dentro dos segmentos que atuam com a economia do mar.

Empresas & Negócios - No que consiste a ideia da economia azul?

Arthur Rocha Baptista - O conceito da economia azul surgiu em 1994, mas ganhou força mesmo com a declaração da década dos oceanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2017, que foi deliberada em assembleia geral e que começou a valer em 2021. Portanto, de 2021 a 2030, estamos vivendo a década dos oceanos. O conceito de economia azul basicamente engloba os setores que compõem a economia do mar, ou seja, aqueles segmentos produtivos que vivem da água, tanto os tradicionais, como a pesca, o transporte aquaviário, a extração de óleo e gás, como segmentos mais de vanguarda, como biotecnologia marinha, geração de energias renováveis no mar, tanto de ondas, como eólica, mineração subaquática e outras.

E&N - A proposta vai além da economia do mar?

Baptista - É. Nem todo o setor que compõe a economia do mar é necessariamente azul. Por exem-

plo, a própria extração de óleo, que não é um segmento considerado de energia renovável, de vanguarda, está buscando incluir sustentabilidade e inovação para que possa também se caracterizar como uma atividade produtiva azul, mas não o é necessariamente. O mesmo acontece com a pesca, que é extrativista por natureza, mas nem toda atividade pesqueira pode estar englobada no conceito de economia azul.

E&N - Há uma estimativa dos valores que a economia azul movimentará no Brasil?

Baptista - A economia do mar (segundo dados de 2019) rende cerca de R\$ 2 trilhões para o Brasil por ano, algo em torno de um quinto do PIB do País vem das atividades do mar. Isso, obviamente, inclui a extração de petróleo, uma fatia grande disso tudo, mas todas as outras práticas também, a indústria da pesca, a atividade de transporte marítimo e tudo mais.

E&N - E, no Rio Grande do Sul, qual o impacto dessa atividade?

Baptista - Em relação ao Estado, o APL Marítimo tem um projeto chamado plano de desenvolvimento da economia do mar que pretende mapear o tamanho dessa economia, de seus vários setores. Não temos esse número ainda.

E&N - Qual o cronograma desse mapeamento?

Baptista - Temos um termo de referência pronto. No momento, estamos buscando os recursos para executar o plano. Esperamos que ainda neste ano a gente consiga viabilizar o início da realização desse trabalho e daí tem de oito a doze meses para ser executado. Em um primeiro momento, será feita a fotografia panorâmica do setor, entender sua relevância, em termos de PIB, de empregos, de indústrias.

E&N - Como o município de Rio Grande se insere no contexto dessa nova oportunidade?

Baptista - Entendemos que Rio Grande é a cidade vocacionada



Executivo destaca a importância do polo naval gaúcho e seu potencial de crescimento nos próximos anos

para dar início a esse processo (da economia azul). Rio Grande é o município que liga as águas interiores do Estado ao mar aberto, ao oceano Atlântico. É a cidade que sedia o superporto gaúcho, que tem uma atividade pesqueira que, por mais que não seja pujante como foi no passado, ainda se mantém e é muito relevante. Rio Grande tem uma universidade vocacionada ao estudo das ciências costeiras e do mar que é a Furg. O município também sedia o centro de navegação rio-grandense, que está para completar 100 anos e que é uma entidade de consultoria para os órgãos públicos sobre os assuntos relacionados à navegação.

E&N - Há mais localidades gaúchas com potencial nesse setor?

Baptista - Não há dúvidas que outras regiões do Estado também são vocacionadas e têm potencial para desenvolver esse tipo de atividade. São José do Norte é uma delas, tem estaleiro lá, atividade de pesca e outras ações. Pelotas tem um porto ativo e outras práticas náuticas e também tem essa relação com as águas, tem a ligação pelo canal São Gonçalo com a lagoa Mirim, por onde pode ser

viabilizada a hidrovía Brasil-Uruguaí. Depois, temos todo o estuário da lagoa (dos Patos), temos potencialmente portos interiores como Estrela e Rio Pardo, há o terminal de Santa Clara (em Triunfo), que além dos navios de produtos químicos (por causa do polo petroquímico) pode movimentar a produção da serra gaúcha, do Vale do Sinos e da Região Metropolitana. Temos outras cidades vocacionadas como Torres, Capão da Canoa, Tramandaí, Santa Vitória do Palmar e Chuí. Então, começamos por Rio Grande e queremos difundir para todo o Estado.

E&N - A indústria naval no Estado, que há alguns anos gerava milhares de empregos e agora está enfraquecida, é algo do passado ou pode ressurgir?

Baptista - Não ficou no passado. O ativo é muito importante, falando especificamente no Estaleiro Rio Grande. Acredito que o pior momento já passou, eles estão conseguindo superar as etapas da recuperação judicial e se colocando cada vez mais em condição de disputar novos contratos. Aquele volume de contratos e empregos não deve mais acontecer, os con-

tratos têm que ter mais racionalidade, mais controle. Tomara que os projetos, quando vierem, e acredito que eles virão, tenham mais controle. O estaleiro EBR, em São José do Norte, por exemplo, nunca parou. Ele teve momentos de mais alta atividade e outros mais baixos, mas nunca parou e está com bons projetos.

E&N - De onde podem surgir as novas demandas para o polo naval gaúcho?

Baptista - Nós estamos acompanhando muito atentamente a política do governo federal. Já vimos que a Transpetro deu sinais que quer voltar a construir navios, a Petrobras deve ter alguma coisa, a própria indústria de energia eólica offshore deve demandar embarcações apropriadas. O presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva) já deu sinal de que a Petrobras vai ser uma indutora desse investimento e a gente entende que pelo ativo que temos aqui, pelo conhecimento gerado naqueles anos da pujança da construção naval, principalmente quanto às plataformas de petróleo, que Rio Grande é um dos polos do País que vai receber esses investimentos.